



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### **ATA DE REUNIÃO FORÇA TAREFA – MACACOS**

No dia 07 de agosto de 2019, as 14 horas, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, Sala Minas Gerais, localizada na Av. Alvares Cabral, 1740, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, foi realizada reunião para tratar de questões relativas aos direitos humanos de moradores que tiveram suas vidas impactadas, direta ou indiretamente, pelo alto risco de rompimento das barragens de rejeitos de propriedade da VALE e localizadas em Nova Lima. A reunião contou com Promotores de Justiça da Força Tarefa, representantes da comunidade e os representantes da empresa VALE identificados na lista de presença anexa. A reunião foi iniciada pelo Promotor de Justiça Luis Gustavo, que apresentou os pontos da pauta e passou-se as apresentações dos presentes. Primeiro ponto se refere a questão das participações da VALE nas reuniões com a comunidade, sendo este um pedido de pauta da VALE. Foi esclarecido pelo Dr. Luis que estão presentes na reunião representantes da comunidade, previamente informados à Vale, na linha da transparência das ações que vem sendo realizadas pelo MPMG. A VALE fez a apresentação intitulada “Atuação Vale em Macacos”, contendo informações sobre o formato das reuniões já realizadas e uma proposta de alteração desse formato.

Em seguida, passou-se à discussão dos referidos pontos, com os seguintes encaminhamentos:

- a) Sistemática de reuniões com a comunidade: As reuniões passam a ser por territórios, sendo ainda a definir a periodicidade pelo MPMG e comunicado à VALE, com um formato de aproximadamente 2 horas e pauta enviada 4 dias antes. A reunião iniciará com devolutiva da VALE, fala da comunidade por inscrição, após será dado a palavra a VALE, caso a demanda surgida tenha resposta. As pactuações devem ter prazos e responsáveis; bimestralmente será realizado uma Assembleia Geral com a comunidade para prestação de contas pela VALE;
- b) Projeto de Cadastro multifinalitário: será encaminhado, por e-mail, a proposta do projeto pelo MPMG para conhecimento e análise por parte da VALE;
- c) Voucher Alimentação/ Refeição: Proposta para migração do Voucher Alimentação para Auxílio Emergencial, no valor de 1 salário mínimo para adulto e ½ para criança e adolescente, conforme pedido na inicial da ACP proposta pelo MPMG e Defensoria Pública, para todas as pessoas que residiam ou trabalhavam em Macacos no dia 16 de fevereiro de 2019, quando do acionamento da sirene. Novo cadastramento seria feito pela Vale, mediante documentação previamente acordada e o pagamento do voucher será mantido até a finalização de cadastramento pela Vale. A proposta será analisada pela VALE e o retorno será dado ao MPMG até o dia 16/08/2019;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- d) Medidas de redução dos impactos socioeconômicos das obras emergenciais: o MPMG ressaltou a necessidade de que medidas sejam tomadas no sentido da mitigação dos impactos das obras emergenciais na localidades de Macacos, Barão de Cocais, Ouro Preto e Itabirito. Foram apontadas, a princípio, as seguintes medidas: elaborar rotograma contendo a previsão e fluxo/frequência de veículos leves e pesados, chegada e retorno associados à obra, com as respectivas rotas; monitoramento dos veículos envolvidos por telemetria; elaboração de um plano de convivência com a obra/trânsito (ex. comunicação transparente, recreação infantil fora do trânsito); vistorias cautelares nas residências em situação de risco, sujeitas à vibração, incluindo margem de segurança e com a participação da defesa civil, moradores, assessoria/representação; protocolo de perícias dos danos às edificações decorrentes de vibrações; abertura de canal de comunicação/ reclamações auditado de forma independente; umectação de vias e, por último, definição de horários de trânsito/operação das obras (previsão de operação 24 horas). Vale analisar as sugestões e informará ao MPMG sobre a sua efetivação.

Mediante questionamento do MPMG, a VALE informou que na Bacia do Paraopeba os pagamentos emergenciais vêm sendo pagos com regularidade, em respeito ao cadastro já realizado, não havendo suspensão ou revisão dos cadastros.

Presidente da AGAPE colocou a questão da falta de água no condomínio, pedindo para que seja pensado uma solução. A VALE disse da necessidade de atuação conjunta sobre este ponto junto à Copasa e aos órgãos responsáveis.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada, com registro dos participantes na lista de presença anexa.